06 de abril — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
13 de abril — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
20 de abril — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
27 de abril — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1)
04 de maio — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
11 de maio — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
18 de maio — Arouca — Juiz de Competência Genérica — (J1)
25 de maio — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
01 de junho — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1)
08 de junho — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
10 de junho — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
15 de junho — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
22 de junho — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
29 de junho — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1)
06 de julho — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
13 de julho — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
20 de julho — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
27 de julho — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
03 de agosto — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1)
10 de agosto — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
17 de agosto — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
24 de agosto — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
31 de agosto — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
07 de setembro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica
14 de setembro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
21 de setembro — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
28 de setembro — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
05 de outubro — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
12 de outubro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1)
19 de outubro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
26 de outubro — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
02 de novembro — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
09 de novembro — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
16 de novembro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1
23 de novembro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)
30 de novembro — Vale de Cambra — Juízo de Competência Genérica — (J1)
07 de dezembro — Arouca — Juízo de Competência Genérica — (J1)
14 de dezembro — Oliveira de Azeméis — Juízo Criminal — (J1)
21 de dezembro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J1)
28 de dezembro — São João da Madeira — Juízo de Competência Genérica — (J2)

Proceda-se à publicação eletrónica nos termos do artigo 55.º, n.º 6, do mencionado Decreto-Lei n.º 49/14, dando-se conhecimento ao Sr. Presidente da relação do Porto, ao Sr. Magistrado Coordenador do M.º P.º, ao Sr. Administrador Judiciário, aos Srs. Secretários de Justiça, aos senhores escrivães e responsáveis pelos serviços, especialmente os juízos criminais e tribunais de menores, bem como às diversas forças policiais, PSP, GNR, ASAE, SEF, Polícia Marítima através dos respetivos comandos e coloque-se ainda no "site" da comarca.

Solicite-se igualmente a publicação no *Diário da República.*

22 de outubro de 2018. — O Presidente da Comarca de Aveiro, *Paulo Neto da Silveira Brandão*, Juiz Desembargador.

311785714

## MINISTÉRIO PÚBLICO

## Procuradoria-Geral da República

### Despacho n.º 10690/2018

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo o Procurador da República, Lic. Sérgio Manuel Valadas Silva Pena, como Chefe do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

O senhor Chefe do Gabinete exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular do nomeado é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

### Nota curricular

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada com média final de 14 valores.

Procurador da República na secção Distrital do DIAP do Porto (1 de setembro de 2017 até 12 de outubro de 2018).

Procurador da República em regime de reafetação na coadjuvação da Direção do DIAP de Lisboa 16 de fevereiro de 2016 a 1 de setembro de 2017)

Docente da área formativa profissional de Direito Penal e Direito Processual Penal no Centro de Estudos Judiciários (10 de outubro de 2012 a 16 de fevereiro de 2016).

Admissão ao curso de formação de magistrados do Centro de Estudos Judiciários em setembro de 1997.

Colocação, como Procurador Adjunto, no Barreiro, Estremoz, jurisdição criminal do Porto e DIAP de Lisboa.

Promoção a Procurador da República em setembro de 2014

Frequência do curso avançado de proteção de dados pessoais ministrado pelo Instituto de Ciências Jurídico — FDUL (março a maio de 2012)

Formador em cursos de formação de magistrados do Ministério Público de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, na área do direito penal e direito processual penal e criminalidade económico-financeira.

Formador de direito processual penal nos cursos de formação de promoção a capitão da Guarda Nacional Republicana (2013, 2014 e 2015) e no 5.º Estágio de Inspetores do SEF (2004 /2005).

Coordenador executivo do curso em formato *e-learning:* produtos do crime — recuperação de ativos (CEJ)

Membro do Júri das provas orais de admissão ao XXIX, XXX cursos de formação de Magistrados no CEJ e das provas escritas e orais de admissão ao XXXI curso.

Presidente de júri no procedimento extraordinário de seleção e formação de Administradores Judiciais.

Membro do Conselho Redatorial da Revista do CEJ no período compreendido entre outubro de 2012 a 16 de fevereiro de 2016.

Autor de artigos sobre a prova por declarações de coarguido colaborador e o direito premial no crime de corrupção (no prelo), os produtos da videovigilância enquanto meio de prova em processo penal e participação na obra coletiva Violência Doméstica — Implicações psicológicas, sociológicas e jurídicas do fenómeno, Manual Pluridisciplinar, Paulo Guerra e Lucília Gago (coordenação).

Coorganizador de livros em formato digital sobre temáticas da Criminalidade Económico-Financeira, da Violência Doméstica — Avaliação e Controlo de Riscos, dos *Processos de Insolvência e Ações Conexas* e da *Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal*.

Orador em conferências nacionais e internacionais sobre temas de direito penal e direito processual penal, com especial enfoque sobre a criminalidade económico-financeira.

311790103

### Despacho n.º 10691/2018

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo o Procurador da República, Lic. Miguel Ângelo Gomes Eugénio Carmo, como assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

O senhor assessor exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular do nomeado é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

### Nota curricular

Miguel Ângelo Gomes Eugénio Carmo, nascido em 07 de junho de 1972.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Frequência de Pós Graduação no Curso de Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras, ministrado no Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

É magistrado do Ministério Público desde 1998. O seu percurso profissional enquanto Procurador Adjunto realizou-se nos Tribunais de Alcácer do Sal, Sesimbra e Santiago do Cacém, em todos com competências genéricas.

De 2009 a 2012 (tempo inteiro) e de 2014 a 2017 (tempo parcial) foi docente do CEJ na jurisdição civil, comercial e processual civil. Tem sido membro dos júris das provas escritas e orais de ingresso ao CEJ desde 2009 até à presente data.

Promovido à categoria de Procurador da República em 2013, encontra-se colocado, como efetivo, no Tribunal de Família e Menores de Santiago do Cacém.

Foi assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República no período compreendido entre outubro de 2012 e outubro de 2018.

Nomeado Coordenador do Grupo de Trabalho para a definição de uma estratégia do Ministério Público contra a Violência Doméstica.

Tem participado como orador em várias conferências realizadas em Portugal e no estrangeiro, em diversas temáticas, como sejam, as mais recentes, o tratamento jurídico da vítima enquanto sujeito processual no processo penal, o combate à violência doméstica, a intervenção do Ministério Público na jurisdição civil e processual civil e a na tutela dos interesses difusos e dos incapazes.

Foi formador dos cursos especiais para magistrados do Ministério Público de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde.

É formador certificado pela APAV na temática dos crimes de ódio.

Tem artigos publicados na revista do CEJ ("crimes laborais" e sobre "as custas no processo especial de autorização para a prática de atos no âmbito do DL 272/2001"). Foi coautor da obra "Comentários às Leis Penais Extravagantes", Volumes I e II, da Editora Universidade Católica.

311790209

### Despacho n.º 10692/2018

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo a Procuradora da República, Lic. Rosa Maria Alves Martinho Rocha, como assessora do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

A senhora assessora exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A síntese curricular da nomeada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

### Nota Curricular

Rosa Maria Alves Martinho Rocha, nascida a 08 de janeiro de 1955.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1988.

Ingresso no IX Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1990.

Nomeada magistrada do Ministério Público em 1993, tendo desempenhado funções como delegada do procurador da República e procuradora-adjunta nas Comarcas de Monchique, Cuba, Oeiras, no Tribunal de Trabalho de Lisboa e no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa.

Promovida à categoria de Procurador da República em 2009.

Coordenadora para a área penal no Gabinete de Relações Internacionais e de Cooperação (GRIEC), no período de 2004 a 2006, e coordenadora das atividades internas da Rede Judiciária Europeia (RJE), da qual foi Ponto de Contacto, no mesmo período.

Assessora no Gabinete do Procurador-Geral da República no período compreendido entre janeiro de 2007 e 12 de outubro de 2018.

Representa a Procuradoria-Geral da República na Comissão Técnica de Acompanhamento, instituído no âmbito dos Planos Nacionais para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos.

Ponto de contacto da Rede Iberoamericana de procuradores especializados contra o tráfico de seres humanos, da Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (AIAMP).

Oradora em conferências e em ações de formação relativas a temáticas de cooperação judiciária internacional e de tráfico de seres humanos.

Integra o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça para implementação da Procuradoria Europeia.

311790177

### Despacho n.º 10693/2018

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo a Procuradora da República, Lic. Maria de Lurdes Parada Gonçalves Lopes, como assessora do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

A senhora assessora exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular da nomeada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

### Nota curricular

Maria de Lurdes Parada Gonçalves Lopes, nascida em 10 de outubro de 1962.

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

É magistrada do Ministério Público desde 1-10-1987 — VI Curso Normal.

O seu percurso profissional enquanto Delegada do Procurador da República e Procuradora-Adjunta realizou-se nos Tribunais de Nisa, Ferreira do Alentejo, Varas Criminais de Lisboa, Seixal e Almada.

Colaboração com o Centro de Estudos Judiciários na formação de Magistrados desde setembro de 1997 até 2005.

Promovida à categoria de Procuradora da República em 2006, encontra-se colocada, como efetiva, no Tribunal de Família e Menores de Almada.

Foi Assessora do Gabinete do Procurador-Geral da República entre 18-4-2006 e 12-10-2018.

Integrou diversos Grupos de Trabalho e equipas da Procuradoria-Geral da República.

Integrou a Unidade de Missão da Procuradoria Geral da República para a Informatização. Integra o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça para implementação da Procuradoria-Europeia.

Delegada Web e ponto de contacto da Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (AIAMP).

Ponto de Contacto da IberRed (Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica), no âmbito da qual participou em diversas reuniões de trabalho e projetos.

Participou como oradora em ações de formação relativas à Direção e Gestão do Inquérito com o tema Articulação entre o Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal, à Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, e em Colóquio sobre Informação e Liberdade de Expressão na Internet e a Violação de Direitos Fundamentais, com o tema Valoração Jurídico-Criminal de Cometários violadores do Direito à Imagem e ao Nome e Apologéticos de Violêncxia, Discriminação ou Intolerância Étnica, Racial e de Género.

311790136

### Despacho (extrato) n.º 10694/2018

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo o Procurador-Adjunto, Lic. Hélio Tiago Rigor Rodrigues, como assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

O senhor assessor exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular do nomeado é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

### Nota Curricular

Hélio Tiago Rigor Rodrigues, nascido em 7 de julho de 1982.